

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.665 - PE (2019/0298666-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**SUSCITANTE** : NETUNO ALIMENTOS S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**SUSCITANTE** : NETUNO INTERNACIONAL S/A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**SUSCITANTE** : MARICULTURA NETUNO S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**SUSCITANTE** : MARICULTURA RIO GRANDE DO NORTE LTDA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : CARLOS GUSTAVO RODRIGUES DE MATOS - PE017380  
PAULO ANDRÉ RODRIGUES DE MATOS E OUTRO(S) - PE019067  
GUILHERME PINHEIRO LINS E SERTÓRIO CANTO - PE025000  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL DO RECIFE - PE  
**SUSCITADO** : JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE MACEIÓ - AL  
**INTERES.** : MARIO ACIOLI RODRIGUES DO NASCIMENTO  
**ADVOGADO** : MIRABEL ALVES ROCHA - AL004489

### **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, suscitado por NETUNO INTERNACIONAL S/A, NETUNO ALIMENTOS S/A, MARICULTURA NETUNO S/A e MARICULTURA RIO GRANDE DO NORTE LTDA, todas em recuperação judicial, em face do JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL DO RECIFE - PE, no qual tramita os autos da recuperação judicial, e do JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE MACEIÓ - AL, no qual tramita a reclamação 0000663-97.2017.5.19.0001 movida por MARIO ACIOLI RODRIGUES DO NASCIMENTO.

Afirmou a suscitante que, embora estivesse em trâmite perante o Juízo Comum sua recuperação judicial, o juízo suscitado determinou o prosseguimento da execução com ordem de constrição patrimonial.

Ressaltou, ainda, que as questões tendentes a afetar o patrimônio da empresa recuperanda devem ser analisadas pelo Juízo Universal da recuperação.

Requeru, assim, a concessão de medida liminar para determinar o

# *Superior Tribunal de Justiça*

sobrestamento da execução indicada, bem como para designar, em caráter provisório, o JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL DO RECIFE - PE, em que é processada a recuperação judicial, para decidir acerca das medidas urgentes.

Requeru, ao final, que seja declarada a competência do juízo da recuperação para decidir acerca de eventuais atos de cunho executório contra a recuperanda.

É o relatório.

Passo a decidir o pedido de liminar.

Deferida a recuperação judicial, a competência do juízo do trabalho limita-se a liquidar o crédito trabalhista, que deverá, após, ser habilitado no juízo da recuperação.

Assim, havendo o juízo do trabalho suscitado prosseguido com a execução movida por MARIO ACIOLI RODRIGUES DO NASCIMENTO, faz-se necessária a suspensão da referida ação executiva.

**Ante o exposto, defiro o pedido liminar para determinar a suspensão de quaisquer atos constritivos eventualmente realizados contra NETUNO INTERNACIONAL S/A, em recuperação judicial, bem como que o JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE MACEIÓ - AL se abstenha de praticar novos atos constritivos na reclamatória trabalhista nº 0000663-97.2017.5.19.0001 em relação às empresas suscitantes, vedando, ainda, a movimentação e liberação de eventuais valores já constritos até que seja julgado por esta Corte o presente conflito de competência.**

Designo, outrossim, o JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL DO RECIFE - PE para, em caráter provisório, solucionar eventuais medidas urgentes que se fizerem necessárias, em especial aquelas relativas à prática de atos executórios contra as empresas ora suscitantes.

Comuniquem-se, com urgência, as autoridades judiciárias em conflito, oficiando para que prestem informações no prazo de 10 (dez) dias (CPC/2015, art. 954).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Intime-se a Administradora Judicial, LINDOSO E ARAUJO CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, na pessoa do Sr. JOSÉ LUIZ LINDOSO DA SILVA, inscrito no CORECON -PE n.º 4819, com endereço à Avenida Conselheiro Aguiar, 4635, 2º andar, sala 206, Boa Viagem, Recife/PE, CEP: 51021-020, e-mail: jose.luiz.lindoso@me.com, para que, no prazo de 10 (dez) dias, preste esclarecimentos sobre o andamento da recuperação judicial, bem como sobre os créditos de MARIO ACIOLI RODRIGUES DO NASCIMENTO discutidos na reclamatória n.º 0000663-97.2017.5.19.0001 em trâmite na 1A VARA DO TRABALHO DE MACEIÓ - AL.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal (RISTJ, arts. 64, V e XIII, e 198).

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator